

# Licitação trilha caminhos sustentáveis

Letícia Lima

"Licitações e contratações feitas pelo Poder Público estão cada vez mais ligadas à sustentabilidade. Essa tendência não é simples modismo, mas necessidade atual da vida". A afirmação é do vice-presidente do Grupo Gestor e superintendente de Implantação de Projetos do Programa Sustentabilidade Legal (PSL) do TJMG, juiz Jair Santana. Nesse sentido, o Tribunal de Justiça vem desenvolvendo ações, como a troca de impressoras comuns pela Duplex, que permite a impressão frente e verso, redução da tiragem do *TJMG Informativo* e substituição do contracheque em papel pelo eletrônico.

Com a redução da tiragem do *TJMG Informativo*, que passou de 20 mil exemplares para três mil, houve sustentabilidade econômica e ambiental. O que, em 2008, custava aos cofres públicos R\$ 5,9 mil por mês, em junho de 2009, passou para R\$ 3,1 mil. Houve ainda economia com postagem. Gastavam-se com os Correios R\$ 11 mil por mês. Com o envio dos três mil exemplares via malote, o valor é inferior a R\$ 150.

Às vezes, uma ação nem chega a necessitar de licitação para que seja realizada. É o caso da área verde que fará parte do novo prédio do fórum de Santa Luzia, o Bosque do Judiciário Mineiro. Em uma parceria com a prefeitura local, o TJMG passará a cuidar da área verde, cedida pelo Município, que está no entorno da edificação, não havendo quase nenhum gasto para o Judiciário.

## Avaliação

Segundo o coordenador Nilton Magalhães, da Gerência de Projetos do TJMG, esse projeto

de Santa Luzia é apenas um piloto, o primeiro de outros que estão por vir. Ele explica seu aspecto social: "Será criado um microambiente. Quanto mais área verde, mais áreas úmidas e, conseqüentemente, maior o conforto dos servidores e da comunidade ao redor".

Pode ocorrer que algum projeto seja financeiramente oneroso, pois nem sempre irá prevalecer o critério do menor preço em uma licitação. Antes de tudo é preciso uma avaliação, adverte Jair Santana. "Optar por um bem, serviço ou obra sustentável numa licitação pode ser (e é na maioria dos casos) uma solução onerosa do ponto de vista econômico. Mas, e se for? A preocupação é com o meio ambiente ou com os recursos financeiros?", indaga.

O magistrado lembra que são feitos estudos meticolosos pelo grupo do Programa Sustentabilidade Legal do TJMG, a fim de saber o que é melhor a curto, médio e longo prazos, para que não haja comprometimento do meio ambiente nem desperdício de dinheiro. "Para a economia de água, por exemplo, pensemos numa solução já disponível, como o sanitário a vácuo, presente em diversos aeroportos e *shopping centers* no Brasil. É muito mais caro que a solução tradicional, mas, em contrapartida, não utiliza água. No entanto, e a eletricidade que é gasta com o artefato?

Compensa?" E responde: "Somente estudos profundos poderão dar uma resposta mais satisfatória".

O juiz lembra ainda um outro questionamento frequente. "Quando me perguntam se o papel reciclado deve substituir o papel convencional, eu lembro que a resposta não pode ser simplista. O consumo de papel no TJ supera os R\$ 3,5 milhões/ano. Nós desenvolvemos estudos

que consideram todo o ciclo de vida desse objeto para, somente então, determinarmos os 'custos' respectivos. Somente depois disso tudo é que se poderá dizer se a opção A é melhor que a opção B", comenta.

Nilton Magalhães esclarece que estudos estão sendo feitos para que novos prédios do TJMG tenham mecanismos para desenvolver amplamente a sustentabilidade, como o novo projeto do Fórum de Contagem, que prevê infraestrutura apropriada para economizar principalmente recursos energéticos e hidráulicos.

Jair Santana reforça: "É importante destacar que o TJ possui uma visão não-reducionista do tema sustentabilidade. Essa não se limita ao meio ambiente. Nossas considerações vão além, para alcançar aspectos sociais, econômicos, culturais, dentre outros, num olhar verdadeiramente sistêmico, como é exigido pela condição humana".

